Grupo Parlamentar
PARTIDO SOCIALISTA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1143/XII/4ª

Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento

O Governo estima para o final do ano de 2014 uma dívida pública que ultrapassará 127% do PIB[1], representando os juros da dívida 5% do PIB e ascendendo a despesa com juros e outros encargos da dívida a 7.600 milhões de euros no ano de 2014[2].

Estes encargos permanecem assim como um constrangimento de grande relevância para a recuperação de uma trajetória sustentada do crescimento e da criação de emprego.

O problema da dívida pública não é um problema exclusivamente português, outros países da União Europeia apresentam igualmente dívidas excessivas, sendo por esse motivo essencial uma solução à escala europeia. Portugal deve necessariamente prosseguir as melhores práticas de uma rigorosa gestão orçamental no respeito pelas normas constitucionais, contudo importa ter presente que um desejado cenário de crescimento económico sustentável encontra na dimensão da dívida pública um dos seus maiores obstáculos.

A par da posição de diversos especialistas internacionais de grande relevo, também especialistas nacionais têm alertado para o problema da divida pública, tendo alguns concretizado a sua posição através da subscrição de um Manifesto[3], intitulado "*Reestruturar a divida insustentável e promover o crescimento, recusando a austeridade*", entregue na Assembleia da República, através da Petição n.º 377/XII/3ª – "*Preparar a reestruturação da divida para crescer sustentadamente*", com mais de 36.000 assinaturas.

---

[1] Em SEC2010.
[2] De acordo com as estimativas do Governo constantes da Proposta de Orçamento de Estado para 2015.
[3] Texto subscrito por "*74 cidadãos das mais variadas orientações e gerações*" que "*lançaram um Manifesto destinado a ajudar a encontrar soluções que minimizem o sofrimento dos nossos dias e não comprometam a esperança do nosso futuro*".

Grupo Parlamentar
PARTIDO SOCIALISTA

Portugal precisa de implementar medidas de política que potenciem um crescimento sustentado, o qual, conforme demonstra a experiência recente, não deve assentar num "*fanatismo"* de austeridade, e para tal é necessário colocar na ordem do dia um debate alargado sobre a dívida pública.

A política que o Governo português prosseguiu ao longo dos últimos anos, baseada numa austeridade reforçada e numa estratégia de empobrecimento, contribuiu para o avolumar da dívida e para dificultar qualquer política de recuperação económica sustentada.

Os portugueses não se podem resignar a uma justificação que se refugia num discurso politico de que não é possível encontrar melhores respostas para os problemas do endividamento. A voz autorizada de *Paul de Grauwe*, em declarações recentes, afirmou que "*Portugal e outros países do Sul da Europa deviam unir-se e dizer que a maneira como os tratam não é aceitável. Quando Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha levam a cabo medidas de austeridade, os outros países do Norte da Europa deviam fazer o inverso e estimular a economia.*".

O Partido Socialista permanece coerente com a sua história de defesa do projeto europeu em todas as suas dimensões.

Defendemos a integração europeia como caminho decisivo para ultrapassar os atrasos históricos do nosso país e acreditamos que a criação do Euro pode e deve ser um instrumentos de progresso e de reforço da convergência europeia.

Mas para que tal seja uma realidade importa ultrapassar as dificuldades e as insuficiências que enfermam o funcionamento da União Económica e Monetária.

O PS reconhece o importante papel que as mudanças na política monetária protagonizada pelo Banco Central Europeu têm proporcionado, nomeadamente na criação de condições mais favoráveis no acesso aos mercados de financiamento da dívida pública.

O PS saúda os compromissos do futuro presidente da Comissão Europeia sobre a necessidade de lançar um grande programa europeu de estímulo ao investimento como forma de apoiar a recuperação económica sem a qual será ainda mais difícil ultrapassar os problemas criados pelos encargos da dívida.

Esses são passos essenciais que importa aprofundar no caminho da superação da grave crise que atingiu a União Europeia e que fazem parte de uma resposta integrada ao problema do endividamento.

O debate sério e aprofundado sobre as soluções para o endividamento é uma necessidade sentida por amplos setores da sociedade portuguesa, incluindo o próprio Governo, pela voz da Senhora Ministra das Finanças que afirmou que "o parlamento seria o local indicado para fazer o debate sobre a dívida".[4]

Importa pois que a Assembleia da Republica responda positivamente ao apelo ao debate que os signatários da Petição377/XII/3 formulam.

Neste contexto, o Partido Socialista fundamenta a presente iniciativa nas seguintes questões essenciais:

1. Em primeiro lugar, o Partido Socialista reconhece que o problema da dívida pública não é um problema exclusivamente português, sendo essencial uma solução à escala europeia;

2. Reconhece ainda que com uma divida elevada é um sério obstáculo a um crescimento sólido e duradouro da economia portuguesa e a defesa dos valores sociais europeus;

[4] Afirmações na Universidade de Verão do PSD. TSF, 6 setembro 2014

3. Defende rigorosas práticas de gestão orçamental e no respeito pelas normas constitucionais os portugueses em geral, e a Assembleia da República enquanto órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses, em particular, deve desencadear um processo de discussão pública, mediante a audição de especialistas na matéria, e tendo como objetivo a identificação de soluções responsáveis e exequíveis para o problema da divida pública;

Face ao exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, a Assembleia da República resolve:

- Atenta a pertinência e a relevância do assunto objeto do presente Projeto de Resolução no panorama nacional e no futuro de Portugal e dos portugueses, mas também a enorme complexidade que envolve a análise do mesmo, desencadear um processo parlamentar de audição pública, incluindo a audição por parte desta Assembleia de personalidades relevantes, especialistas na matéria, tendo como objetivo a identificação de soluções responsáveis e exequíveis para o problema do endividamento, que permitam simultaneamente um crescimento sustentado da economia do país.

Assembleia da República, 17 de outubro de 2014

Os Deputados,

Grupo Parlamentar
PARTIDO SOCIALISTA